

SISTEMA FAEP



BOLETIM

INFORMATIVO

A revista do Sistema

Ano XXIV nº 1288 - 26/01/2015 a 01/02/2015

Tiragem desta edição 25.000 exemplares



A NOVA DIRETORIA DA FAEP

MEMÓRIA

A perda de Mario
Stadler de Souza

HISTÓRIA

A Pena de morte
no Brasil

EVENTO

O Show Rural
em Cascavel

Aos Leitores

AS EMOÇÕES DE 2015

Este será um ano de grandes e fortes emoções políticas, econômicas e ambientais. Serão alimentadas pelas previsíveis turbulências que ocorrerão a partir deste mês no Congresso Nacional, caixa de ressonância das medidas econômicas em que a presidente Dilma Rousseff tenta administrar sua própria herança. Herança constituída por uma política econômica errática persistente no seu primeiro mandato, que busca corrigir com Joaquim Levy, o novo comandante do Ministério da Fazenda.

A crise do setor elétrico, que desde 2003 esteve sob o domínio de Dilma, assombra os brasileiros, mostrando a falta de planejamento como a existência de grandes hidrelétricas no norte do país, mas sem linhas de transmissão. Enquanto isso os reservatórios minguam no Nordeste e Sudeste. Como secam aqueles que fornecem água a São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte e cidades menores.

Alie-se a esse cenário, a operação Lava-Jato como detergente da ampla, geral e irrestrita corrupção na Petrobras, que vai se refletindo no apoio político ao governo. Mas a vida continua aqui embaixo. Como uma casa política a FAEP esteve e estará atenta principalmente aos efeitos dessas turbulências sobre tudo aquilo que envolve os interesses do produtor rural e do agronegócio. Isso está demonstrado nesta edição onde o presidente da FAEP, Ágide Menguette faz um relato desta sua última gestão, cuja aprovação resultou em sua reeleição ao período 2015/2017. "Estaremos atentos e vamos agir com determinação e criatividade na defesa do nosso setor", resume Ágide.

Índice

Eleições na FAEP	03
Imagens	12
Memória	17
Política	20
Avicultura	21
Quedas do Iguaçu	22
História - Pena de Morte	24
AAJ	26
Show Rural	28
Livro/Leitor em foco	29
Posse no TCU	30
Conseleite	31
Seguro Rural/Fundepec	32
Eventos Sindicais	34
Via Rápida	38

Expediente

FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124 | www.sistemafaep.org.br |
faep@faep.com.br

Presidente: Ágide Menguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Ivo Polo, Francisco Carlos do Nascimento, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Lisiane Rocha Czech **Diretores Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Menguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Lauro Lopes e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Menguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

SENAR-PR | Administração Regional do Estado do PR

R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba | Paraná |
F: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779 | www.sistemafaep.org.br |
senarpr@senarpr.org.br

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Menguette - FAEP |

Membros Efetivos: Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olimpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Jairo Correa de Almeida | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

Boletim Informativo | Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon | **Editor:** Hélio Teixeira | **Redação e Revisão:** Hemely Cardoso, Katia Santos e André Amorim | **Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figuel | **Ilustração:** Icaro Freitas

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da edição 1288: Fernando Santos, André Amorim, Arquivo FAEP e divulgação.

A ação política da FAEP



Com o auditório da FAEP, em Curitiba, lotado de líderes sindicais de todo o Estado, foram realizadas no último dia 26 as Assembleias Regimentais e reeleito para o período 2015/2017 o presidente Ágide Meneguette.

O papel fundamental da FAEP na representação do setor rural paranaense é político. Isso significa que suas ações são no sentido de estar atenta e atuar na solução dos problemas que afetam ou vão afetar o produtor. Um perfil da atuação nos últimos anos está descrito em relatórios entregues às lideranças sindicais que formam a base da Federação da Agricultura do Estado do Paraná. Lá estão os detalhes do que foi executado nos últimos três anos, repetindo a atuação em mandatos anteriores. O desempenho da entidade, historicamente, está no plano regional articulando e se relacionando com o poder público. Assim, por exemplo, a FAEP participou ativamente da elaboração de projeto de lei juntamente com técnicos dos órgãos ambientais, compatibilizando a legislação estadual ao Código Florestal.

Da mesma forma, em Brasília, onde decisões políticas concentradas no Congresso Nacional (Comissões de Constituição e Justiça e de Agricultura), desenham as medidas que vão atingir

a vida dos nossos produtores, a FAEP decidiu participar do Instituto Pensar Agro. Isso porque a CNA se bandeou no apoio inquestionável ao PT e ao governo, enquanto o Pensar Agro, uma instituição privada, dá sustentação técnica à bancada da Frente Ruralista no Congresso Nacional.

A FAEP não perde, nem perderá de vista os problemas ligados diretamente às cadeias de produção, como o incentivo à modernização da bovinocultura de corte e de leite. Da mesma forma, a luta continua para se obter políticas adequadas ao trigo, feijão, soja, milho e outras culturas, e o cumprimento de promessas oficiais sobre o financiamento do seguro rural.

Qualquer brasileiro razoavelmente informado e consciente já percebeu que 2015 será um ano difícil, de crises econômicas, políticas e energéticas. Como disse o presidente Ágide Meneguette em seu discurso (veja íntegra na pág. 04) “meteram o Brasil no buraco”. O cenário é ruim, mas desafiador. Mesmo a contra-gosto a presidente da República colocou outras cabeças e outras sentenças no comando da economia. “O agronegócio, apesar de tudo, vem segurando o rojão nos últimos anos. Só esperamos que não pague o pato de uma crise que não criamos” define Ágide.

A palavra do presidente



Como no ano anterior, 2014 foi para o Sistema FAEP o ano do meio ambiente.

É um processo que vem desde a apresentação do projeto de mudanças do Código Florestal, que culminou na sua aprovação, pelo Congresso Nacional e sanção da Lei nº 12.651, em 25 de maio de 2012.

Foi indiscutivelmente uma grande vitória para o setor agropecuário, antes ameaçado por exigências draconianas e descabidas contidas no antigo Código.

O novo Código Florestal, contudo, teve seus desdobramentos, quer na adequação da legislação, quer no esforço para cumprir o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a regulamentação para o Programa de Regularização Ambiental (PRA), como decorrência do cadastro.

E mais ainda, a regulação da implantação da Reserva Legal fora da propriedade, quando assim interessar ao proprietário rural.

Técnicos da FAEP juntamente com técnicos do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) se debruçaram sobre o novo Código para

elaborar uma cartilha que pudesse expor de maneira didática todas suas implicações.

Essa Cartilha teve uma tiragem de 110 mil exemplares e foi distribuída para todos os produtores rurais e sindicatos filiados ao Sistema FAEP, além de milhares de exemplares atribuídos à FETAEP, ao IAP e à Secretaria do Meio Ambiente.

Cartilha feita, foi a vez de capacitar funcionários de sindicatos rurais, agentes públicos, técnicos e funcionários de instituições financeiras para auxiliar os produtores rurais a preencher o CAR. Foram capacitados pelo Sistema FAEP/SENAR-PR mais de 1.100 técnicos, em curso de dois a três dias.

Como um dos problemas mais sérios dizia respeito às inscrições cartoriais, uma vez que o novo Código trouxe mudanças na inscrição notarial, foi necessário também capacitar funcionários de cartórios de registro de imóveis.

A legislação estadual, contudo, estava defasada e colidia com alguns dispositivos do novo Código, provocando uma série de mal entendidos entre os diversos agentes – Ministério Público, Cartórios, Instituto Ambiental entre outros – o que tornou necessária

uma lei estadual que eliminasse os pontos obscuros e conflitantes.

Para tanto, a FAEP solicitou ao governador do Estado um Projeto de Lei que confirmasse as conquistas do novo Código Florestal e estabelecesse regras para solucionar, por exemplo, a questão dos termos de ajustamento de conduta e as inscrições no antigo SISLEG. Ocorre que as propriedades com até 4 módulos fiscais ficaram isentas das obrigação de possuir Reserva Legal e, além disso, as dimensões das áreas de proteção ambiental foram reduzidas para as propriedades consolidadas antes de 2008.

A FAEP participou ativamente da elaboração do projeto de lei juntamente com técnicos dos órgãos ambientais, sob a coordenação do então chefe da Casa Civil, deputado Reinhold Stephanes.

O projeto do governo do Estado foi aprovado em novembro do ano passado pela Assembleia Legislativa e sancionada a lei em 10 de novembro pelo governador em exercício, deputado Waldir Rossoni, durante a solenidade de encerramento do Programa Agrinho.

Agora a nova lei vai precisar de um decreto do governador do Estado para disciplinar alguns dispositivos.

É preciso lembrar também, aos companheiros, que o prazo para preenchimento do CAR se encerra em maio deste ano. A bem da verdade, a própria lei federal prevê que o prazo poderá ser prorrogado por mais um ano, o que fatalmente ocorrerá em face das dificuldades que existem para o preenchimento do cadastro em todo o país.

Contudo, lembro, também, que a partir de 2017, quem não tiver preenchido o CAR ou não tiver com ele na condição de ativo, não poderá obter crédito rural oficial.

Pode parecer muito tempo, mas a partir de agora temos que começar a acelerar o processo para que os nossos produtores preencham o CAR e posteriormente cumpram o Programa de Recuperação Ambiental (PRA), se for o caso.



“Cabe aos governos fornecer a direção para onde devem ser alocados os investimentos e dar o apoio necessário para que a iniciativa privada cumpra o seu papel econômico e social”.

Escarpa Devoniana

A FAEP tem feito gestões no sentido de mudar o perímetro da APA da Escarpa Devoniana, a fim de excluir as áreas de produção e, assim, evitar as restrições.

Recentemente, a Secretaria de Cultura do Estado baixou portaria destinada ao tombamento da Escarpa, em área semelhante à da atual APA. Para evitar que se perpetre este absurdo, a FAEP contratou geólogos que estabeleceram o real perímetro da Escarpa Devoniana passível de ser tombada, uma área muitas vezes menor do que a pretendida pelo Conselho da Secretaria de Cultura.

A situação, contudo, continua em aberto e este ano a FAEP, juntamente com o grupo gestor da APA, sindicatos rurais e outras instituições ligadas à agricultura, vai trabalhar junto ao governo do estado para obter uma solução justa para os produtores rurais.

PLANO DE GOVERNO

Como em eleições anteriores para governador do Estado, em 2014 nossos técnicos com apoio de consultoria, elaboraram um Plano de Governo para ser oferecido aos candidatos.

Na eleição de 2010 havíamos feito várias sugestões, entre as quais a criação da Agência de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Adapar) e a Agência de Desenvolvimento do Paraná, destinada a atrair investimentos para o Estado.

Como esses últimos quatro anos foram mais ou menos tumultuados, em consequência de falhas na condução da política econômica federal e em boicote aos financiamentos demandados pelo governo do Paraná, algumas ações e obras acabaram não deslançando.

Agora, contudo, creio que não há mais razões para o boicote ao Paraná e, desta forma, tenho a impressão que o governo do Estado terá oportunidade de desenvolver seus programas e ações, como solução para a redução do preço do pedágio e duplicação do Anel de Integração e outras rodovias, investimentos no Porto de Paranaguá e uma solução para gargalos, inclusive institucionais, de nossas ferrovias.

Mas como o nosso apoio, o apoio da FAEP, ao governo do Estado tem sido aberto e firme, creio que temos condições de apresentar sugestões no planejamento da nova administração Beto Richa.

E o fizemos, com ênfase no agronegócio, partindo da seguinte premissa: no regime capitalista que vivemos e espero que continuemos a viver, quem cria riquezas, empregos e impostos é a iniciativa privada através de sua produção e investimentos.

Cabe aos governos fornecerem a direção para onde devam ser alocados os investimentos e dar o apoio necessário para que a iniciativa privada cumpra o seu papel econômico e social.

Isto é, cabe ao Estado prover a sociedade e as empresas com os instrumentos para que a produção da agropecuária, da indústria e o fornecimento de bens e serviços tenha as melhores condições para se desenvolver.

Cabe ao Estado manter escolas com qualidade para que a mão de obra seja a mais produtiva possível. Manter infraestrutura para que a produção seja transportada a preços e prazos competitivos. Programas de saúde para que os trabalhadores e suas famílias tenham condições de trabalho e de bem-estar. E assim por diante.

É claro que, com recursos curtos, os governos têm delegado parte dessas tarefas à iniciativa privada, como a construção e manutenção de rodovias e ferrovias, portos, planos de saúde e escolas particulares.

Mas o importante é o rumo que o governo estabelece em consonância com as reais demandas da sociedade.

Se perceber que a sociedade quer se desenvolver, o governo tem que querer o desenvolvimento econômico. E então precisa da iniciativa privada, que somos nós produtores, são as indústrias e os prestadores de serviços.

Mas para que a iniciativa privada tenha apetite para investir,

o Estado precisa criar um bom ambiente para os negócios.

Precisa dar suporte às empresas, acolher os investidores, facilitar a expansão ou implantação de novos negócios.

Para que a produção do campo tenha sucesso é necessário que todos os elos da cadeia produtiva funcionem bem. Desde a lavoura ou a pecuária, até a indústria ou o comércio. Estimular todos os elos da cadeia é o que sugerimos ao governo.

Os instrumentos para isso ele tem, como a Agência de Desenvolvimento, que a FAEP propôs há quatro anos, mas precisa atualizá-los e reforçá-los, fazendo com que funcionem coordenadamente.

Um dos problemas mais sérios do governo do Paraná é a falta de quadros de técnicos e executivos que elaborem projetos do interesse do Estado e saibam negociá-los, seja junto ao governo federal, seja nos organismos internacionais. Que saibam conduzir o processo de expansão e apoio às cadeias produtivas e às empresas, tanto as que existem como as novas que devem ser atraídas.

Há muitos anos que o Paraná sofre com a carência de quadros no setor público. É indispensável recuperar o que o Paraná já teve neste campo com indiscutível sucesso.

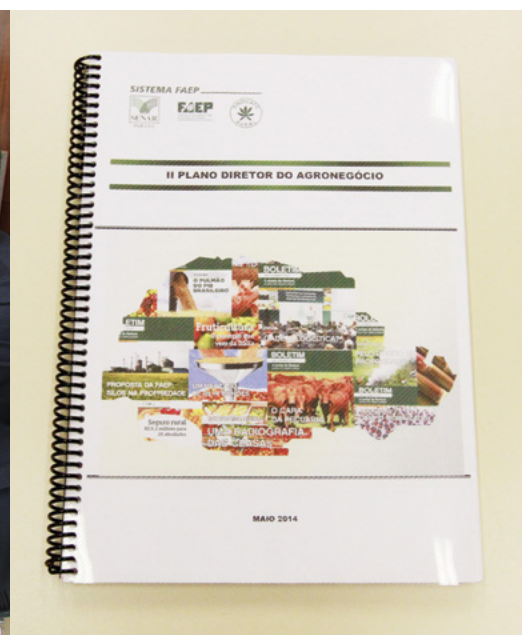
Em síntese, este é o espírito do Plano de Governo que entregamos aos candidatos a governador, que os companheiros conhecem, uma vez que foi distribuído a todos os sindicatos.

Foi, em síntese, também, a conversa franca que tive a oportunidade de ter com o governador Beto Richa no dia 30 de novembro último, após a sua reeleição.

Claro que este tipo de colocação tem uma crítica implícita, mas o governador a recebeu muito bem e concorda que este é o caminho para o novo período, uma vez removidos os embaraços políticos que impediram que o Paraná tivesse acesso a financiamentos.



O presidente Ágide Meneguette entrega ao governador Beto Richa o Plano de Governo da FAEP



AÇÃO CNA

Outra questão que eu gostaria de abordar com os companheiros é a nossa pendência com a CNA.

Faço um pequeno resumo do que aconteceu.

Para a Assembleia Geral de 25 de abril do ano passado, para a aprovação das contas da administração da CNA de 2013, recebi um resumo das informações contábeis, entre elas gastos de R\$ 21 milhões em projetos e mais de R\$ 10 milhões em pagamentos terceiros.

Antecipadamente pedi que essas contas fossem abertas para que eu pudesse saber como foram gastos e assim ter como apreciar melhor o balanço anual.

A presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, negou-se a abrir as contas e fez a assembleia aprová-las sem maiores discussões, contra o meu voto e os votos de São Paulo e Mato Grosso.

Eu me insurji contra este ato da presidente da CNA e entrei com uma ação para anular a assembleia e, em consequência, a aprovação das contas, por ter havido vícios na condução da reunião. A presidente teve tempo para abrir as contas e negou-se a colocar em votação proposta de São Paulo para suspender a assembleia por até um mês para dar tempo para uma análise das contas..

A ação de anulação da assembleia e das contas prossegue numa vara Cível de Brasília.

Outro problema em relação à CNA é a posição política que a presidente Kátia Abreu adotou sem consultar seus pares da CNA.

Ela se bandeou para o lado do PT ao aderir à candidatura de Dilma Rousseff que, agora a nomeou ministra da Agricultura.

“A FAEP decidiu participar do Instituto Pensar Agro, uma instituição privada, sustentada por diversas entidades ligadas ao agronegócio, visando dar apoio técnico à bancada da Frente Ruralista no Congresso Nacional”.

INSTITUTO PENSAR AGRO

Por outro lado, a FAEP decidiu participar do Instituto Pensar Agro, uma instituição privada, sustentada por diversas entidades ligadas ao agronegócio, visando dar apoio técnico à bancada da Frente Ruralista no Congresso Nacional.

Por razões óbvias, a bancada ruralista se afastou da CNA. Não havia mais clima de convivência em face das posições políticas

que a direção da CNA estava tomando.

Além da contribuição financeira – até modesta – a FAEP participa ativamente das reuniões das diversas câmaras técnicas que subsidiam deputados e senadores em relação a posições que devem tomar nas votações do Congresso.

Acho que é muito importante para os produtores rurais do Paraná esta nossa participação no Instituto Pensar Agro, tendo em vista que, com o governo federal que temos, é vital o reforço que se deva dar a nossos parlamentares no Congresso Nacional.

OUTROS ASSUNTOS

Os assuntos que relatei creio serem os mais importantes pelo impacto que podem ter. Contudo, a FAEP teve uma atuação destacada na defesa de interesses dos produtores sempre que foi necessário.

Na questão do seguro rural, que o governo federal promete, mas não cumpre. Na sustentação da comercialização do feijão, do trigo e do milho e assim por diante, que estão bem detalhados no relatório que encaminhamos antecipadamente aos companheiros.

Por ele podem avaliar nossas ações nas câmaras técnicas nacionais principalmente do Ministério da Agricultura e funcionamento de nossas Comissões setoriais.

Podem avaliar, também, o que fizemos em favor do direito de propriedade, principalmente em relação às ações da FUNAI, importando índios paraguaios para expropriar terras cultivadas há décadas por famílias de produtores sérios. A contratação de um advogado especialista pela FAEP foi crucial para orientar a defesa do patrimônio dessas pessoas.

No final do ano passado, com a exigência do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) de licenciamento de máquinas agrícolas que trafegam em vias públicas, a FAEP pediu ao deputado Pedro Lupion, relator do Projeto de Lei do governo sobre mudanças na legislação do ICMS, uma emenda, aprovada pela Assembleia Legislativa, que tornasse isentas do pagamento do IPVA as máquinas agrícolas. Portanto, mesmo que os produtores não se livrem do licenciamento, pelo menos estão livres do IPVA.

VIGILÂNCIA

O nosso sistema tem que levar em conta a situação política do país, com a reeleição da presidente da República.

Todo mundo sente que o Brasil está, como se diz na gíria, “no buraco” e isso tem repercussão direta na produção agropecuária. Os preços internacionais das commodities caíram e podem permanecer assim durante muito tempo. A solução, então, é reduzir



custos para tentar manter a margem. O produtor rural pode fazer alguma coisa nesse sentido dentro da porteira. Os maiores custos, contudo, estão fora de seu alcance.

Os projetos Benin e Butão, encomendados pela FAEP à Esalq-Log da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo, mostraram muito bem quais os defeitos mais relevantes “fora da porteira”. Principalmente a logística, a armazenagem, o transporte terrestre – rodovias e ferrovias – e o porto. Embora a maior parte da nossa produção seja comercializada internamente, os preços das commodities são ditados pelas cotações internacionais e as condições de transporte até os locais de destino das mercadorias. Daí a importância do porto, das rodovias, do pedágio, da ferrovia.

Mas como vamos ter que enfrentar mais quatro anos desse governo federal, nossa obrigação é fazer o que for possível para melhorar as condições dos serviços que atendem à produção agropecuária.

Vamos, também, ter que manter a vigilância, como, aliás, deve fazer toda a sociedade brasileira, para que o governo não derrape para a ilegalidade, como tentou fazer antes da eleição, com aquele famigerado decreto que coloca os conselhos populares, controlados pelo PT, dentro do governo, alijando o Congresso Nacional de suas prerrogativas constitucionais.

Em princípio, a presidente da República mostra boa

“Os projetos Benin e Butão, encomendados pela FAEP à Esalq-Log da Escola Luiz de Queiroz, mostraram muito bem quais os defeitos mais relevantes “fora da porteira”. Principalmente a logística, a armazenagem, o transporte terrestre – rodovias e ferrovias – e o porto”.

vontade em, desta vez, não errar. A nomeação de um ministro da Fazenda inteligente e com os pés no chão é um indicativo.

Contudo, podemos estar enganados, razão pela qual a sociedade precisa estar atenta, pressionando sempre que necessário os nossos parlamentares para evitar que o Brasil se transforme numa republiqueta socialista bolivariana, como a Venezuela ou Cuba.

Nós não merecemos este destino.

Muito obrigado.

Ágide Meneguette

Ágide: realista e esperançoso

Unanimidade na eleição da direção da FAEP



A eleição da nova diretoria da FAEP foi por unanimidade dos votos dos sindicatos rurais habilitados na eleição. Durante praticamente 10 horas as lideranças vindas de todo o Estado tiveram não só um relato das atividades da entidade nos últimos três anos, como puderam debater com técnicos os principais problemas do setor e apresentar vis-a-vis ao secretário Norberto Ortigara, as questões específicas de suas regiões (veja pág. 10)

“Tem coisas que a gente faz, brigas que a gente pega pensando no melhor para nosso Estado que muitos não entendem”, disse o presidente Ágide Meneguette, “mas nós aqui pagamos o custo de nossa independência”. Citou, por exemplo, a defesa intransigente do Porto de Paranaguá diante de propostas absurdas apresentadas pelo governo federal.

Lembrou que nunca antes os canais de comunicação com o governo estadual estiveram tão abertos e elogiou o secretário Ortigara que não aceitou outras propostas de trabalho, permanecendo no cargo para ajudar a agropecuária paranaense.

Informou que a FAEP está buscando mecanismos para renovar os quadros de recursos humanos de órgãos estaduais

ligados à agropecuária, a maioria em fase de aposentadoria.

Apontou episódios como ITR, as Convenções Trabalhistas e mais recentemente o CAR em que a FAEP esteve envolvida. A necessidade da participação das Universidades nos processos e instituições de pesquisas e que o alvo permanente que deve ser a busca de maior produtividade e a capacitação mediante o SENAR-PR. “Nossos filhos querem coisas novas e não querem ficar no meio rural, por isso é preciso um processo de conscientização”, disse.

Ágide elogiou o corpo técnico e os funcionários do Sistema FAEP (FAEP e SENAR-PR) que dão respaldo às posições da Diretoria. No período das assembleias foram feitas exposições Pedro Loyola, (coordenador do DTE sobre seguro rural); Klauss Kuhnen, (coordenador do Depto. Jurídico sobre o ITR); Carla Beck (agrônoma do DTE sobre o CAR) e Ronei Volpi (médico veterinário e Assessor da Presidência sobre pecuária e leite).

“Ariano Suassuna disse certa vez que o otimista é um tolo; o pessimista é um chato. E que bom mesmo é ser realista esperançoso. Eu sou um cara realista e esperançoso”, disparou Ágide.

Energia, segurança e estradas rurais

Líderes sindicais apresentam os principais problemas durante as Assembleias



Ao participar das Assembleias da FAEP, o secretário de Agricultura Norberto Ortigara teve a oportunidade de ouvir o relato de lideranças e presidentes de sindicatos que apresentaram os principais problemas enfrentados em suas regiões.

Três se destacaram como comuns nas principais regiões do Paraná: energia elétrica, segurança e estradas rurais. Além desses pontos gera ainda preocupação entre os produtores a questão indígena, com a invasão principalmente de “índios” paraguaios e os conflitos com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), pela falta de critérios claros nos procedimentos.

A falta ou queda de energia tem causado prejuízos à avicultura e à pecuária de leite e foi destacada pelo presidente do Sistema Faep, Ágide Meneguette. Ele informou que os técnicos da federação estão fazendo um estudo para apresentar uma proposta de

uma linha de crédito diferenciada para um programa de financiamento de geradores.

Oradi Francisco Caldato, presidente do Sindicato Rural de Pato Branco, relatou casos na região Sudoeste de produtores que ficaram 38 horas sem energia elétrica, perdendo toda a produção leiteira. “Há caso de rede segurando poste para não cair no meio da lavoura”, lembrou.

O vice-presidente do Sindicato Rural de Palotina, Edmilson José Zabott reforçou a preocupação. “A região Oeste do Paraná tem grande diversificação. Temos piscicultura que tem se tornado modelo para o Brasil, foram criadas irrigações e silos nas propriedades e precisamos de investimentos nas redes de transmissões “antigas com 40, 50 anos”.

Mesaque Kecot Veres, presidente do Sindicato Rural de Irati, relatou a existência na sua região (Centro-Sul) de 31 mil famílias de

fumicultores enfrentando quedas de energia elétrica, além de problemas de segurança e estradas rurais em má condição. Ortigara explicou que, no caso dos geradores, o assunto foi levado para a Fomento Paraná que estuda para curto prazo uma linha especial de geradores.

O Diretor Presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), Inácio Afonso Kroetz, presente na Assembleia, afirmou, porém, que a questão energética é muito séria para a sanidade com mortalidade na avicultura estimando acima de 10% por falha de energia. Mesmo assim, ele considera que os geradores não são uma solução viável pelo custo do diesel que inviabilizaria a atividade. “Respondemos por 1/3 da exportação brasileira de frango, temos os maiores barracões do Brasil que não são viáveis por falta de energia”, declarou.

Segurança

Os presidentes dos sindicatos da Lapa e de Colorado apresentaram a preocupação com a questão de roubo de gado que podem causar problemas de sanidade, resultado do abate clandestino. Na Lapa, Região Metropolitana de Curitiba, segundo o presidente do Sindicato, Eliseu Cordeiro Weinhardt, a parceria entre

as polícias militar, civil e rodoviária tem dado bons resultados.

Em Colorado, no noroeste do Estado, o presidente do sindicato rural, José Getúlio Rocco sugeriu o retorno das cancelas municipais de fiscalização que impediriam o fluxo de gado roubado na região, próxima da divisa com o estado de São Paulo.

Rocco também cobrou atenção do governo do Estado com relação a PR-463, estrada que faz a ligação entre os municípios de Nova Esperança e Santo Inácio.

Ortigara

O secretário da Agricultura Norberto Ortigara fez um relato das dificuldades enfrentadas na sua primeira gestão, com a falta de recursos e a renovação do quadro de funcionários do Estado que limitaram as ações do governo.

Ele agradeceu a parceria e apoio recebidos da FAEP e dos produtores rurais durante a primeira gestão e manifestou a esperança de uma agenda política da agricultura paranaense com ações e investimentos, principalmente aquelas de boas práticas agrícolas da campanha Plante o Seu Futuro em que um dos principais eixos o Manejo de Solos e Água.











A diretoria eleita da FAEP



Diretoria

Presidente:

Ágide Meneguette

Vice-Presidente:

Guerino Guandalini

Vice-Presidente:

Nelson Teodoro de Oliveira

Vice-Presidente:

Francisco Carlos do Nascimento

Vice-Presidente:

Oradi Francisco Caldato

Vice-Presidente:

Ivo Pierin Júnior

Vice-Presidente:

Paulo Roberto Orso

Diretor Secretário:

Livaldo Gemin

2º Diretor Secretário:

Mar Sakashita

Diretor Financeiro:

João Luiz Rodrigues Biscaia

2º Diretor Financeiro:

Julio Cesar Meneguetti

Suplentes de Diretoria

Nelson Natalino Paludo

Ivo Carlos Arnt Filho

Anton Gora

Narciso Pissinatti

Ivonir Lodi

Derossi de Jesus Pacheco Carneiro

Mesaque Kecot Veres

Aristeu Kazuyuki Sakamoto

Lourival Roberto da Silva Goes

José Mendonça

José Francisco Distefano Neves

Conselho Fiscal

Efetivos

Sebastião Olimpio Santarosa

Ana Thereza da Costa Ribeiro

Lauro Lopes

Suplentes

Braz Reberte Pedrini

Paulo José Buso Junior

Ciro Tadeu Alcantara

Delegados Representantes

Ágide Meneguette

João Luiz Rodrigues Biscaia

Francisco Carlos do Nascimento

Renato Antônio Fontana

A vida e a luta de Mário Stadler pela agricultura

Ex-presidente da FAEP faleceu no início de janeiro, deixando um legado de diálogo e respeito pela atividade rural

Por André Amorim



O ano de 2015 começou com uma grande perda para a agricultura, não só do Paraná, mas de todo Brasil. Não se trata aqui de estiagens ou enchentes, tampouco de catástrofes financeiras e mercadológicas. Nenhuma geada negra se abateu sobre nosso Estado, mas nossos campos amanheceram mais escuros no último dia 03 de janeiro, quando perdemos o ex-presidente da FAEP, Mário Stadler de Souza.

Nascido em Palmeira (PR), engenheiro civil de formação e militar de carreira, ele comandou a Federação entre 1973 e 1985, deixando um legado de diálogo e respeito pela atividade rural. “Foi um homem sem igual, que construiu as balizas para que a agricultura e a pecuária pudessem se desenvolver no Paraná com segurança e organização”, aponta o presidente da FAEP, Ágide Meneguette. Durante a primeira Assembleia Geral da Federação de 2015, o dirigente prestou uma homenagem ao ex-presidente e também ao ex-assessor jurídico da FAEP, falecido em janeiro, Djalma Sigwalt.

Conhecido pela capacidade de articulação política, pela linha clara de ideias e pelo diálogo franco e aberto, ele reunia todas as características que compõem um bom líder. “Era um apaziguador, um grande coordenador e uma pessoa que tinha trânsito nos governos federal e estadual”, recorda o presidente do Sindicato Rural de Astorga e vice-presidente da FAEP, Guerino Guandalini. Com isso, o dirigente conseguia se fazer ouvir, levando para as instâncias competentes as questões mais importantes para o desenvolvimento agropecuário do Paraná.

Em pleno regime militar, sua posição de coronel do Exército lhe garantia acesso aos altos escalões do governo federal, podendo assim defender os interesses da

agricultura paranaense. “Ele era um dos poucos líderes da agricultura que tinha acesso ao governo militar e foi o grande interlocutor da política agrícola, não só do Estado, mas de todo país”, recorda Guandalini.

Stadler também era membro do Conselho Monetário Nacional (CMN), órgão superior do Sistema Financeiro Nacional que tem como responsabilidade formular as políticas para a moeda e o crédito. “Isso nos ajudou muito. Vinha a pauta do conselho, ele consultava os interessados e avaliava se este ou aquele item deveria ser discutido, sempre levando em conta a importância da agricultura”, lembra o presidente do Sindicato Rural de Campo Mourão e vice-presidente da FAEP, Nelson Teodoro de Oliveira, que fez também parte da diretoria da instituição na época em que Stadler assumiu a presidência. “Ele era muito amigo do Figueiredo, tinha trânsito com o Geisel, assim pôde ajudar muito o Paraná”, recorda.

Quem esteve ao lado do ex-dirigente também atesta sua importância na estruturação do sistema sindical na agricultura paranaense. “Quando ele entrou (na presidência da FAEP) só havia dívidas. Quando ele saiu deixou 9 bilhões de cruzeiros em caixa”, lembra “Nelsinho” Oliveira. Segundo ele, Stadler ajudou a estruturar os sindicatos rurais, apoiando a construção de sedes e a transformação de associações rurais em sindicatos, passo importante para o fortalecimento da atividade no Paraná.

No trato pessoal, a admiração é unânime entre aqueles

que conviveram com ele. Apesar de não conhecer profundamente a atividade agropecuária, uma vez que construiu sua carreira na caserna, era uma pessoa humilde, que não se envergonhava em aprender com quem entendia mais do assunto. Por isso sempre consultava especialistas nos temas agropecuários antes de tomar uma decisão. “Tinha muita credibilidade, agia com muita calma e tranquilidade. Era uma pessoa muito cordial”, relembra o presidente do Sindicato de Campo Mourão.

Homem de ação

Durante os 12 anos em que comandou a FAEP, Stadler pôs à prova sua capacidade de liderança, sempre com resultados positivos. Foi assim durante o episódio conhecido como o Confisco da Soja, ocorrido em 1979, quando o então ministro do Planejamento, Delfim Neto, estabeleceu um confisco de 30% de toda soja exportada. O objetivo era impedir que a maior parte da oleaginosa fosse para mercados internacionais, que pagavam melhor preço, segurando desta forma o preço no mercado interno, mesmo que às custas dos ganhos dos produtores brasileiros.

A revolta com a medida explodiu em todo país. Bonecos de Delfim Neto eram queimados, buzinaços eram realizados. A população do meio rural estava indignada e com razão. Em face desta



Em 2012 Stadler recebeu do governador Beto Richa a Ordem do Pinheiro

situação, Stadler utilizou sua boa relação com o então presidente João Figueiredo para que o confisco fosse encerrado. “Graças a ele houve um entendimento sobre isso, que convenceu o Figueiredo a retirar o confisco”, conta Oliveira.

Outro episódio que exigiu sua atenção foi a geada negra que no ano de 1975 dizimou os cafezais no Norte pioneiro do Paraná, mudando para sempre a configuração socioeconômica do Estado. Na época a soja ainda estava começando e o café era o grande carro chefe da nossa agricultura. “Após a geada as pessoas ficaram desorientadas, não sabiam o que fazer. Com sua administração, Stadler ajudou o pessoal a encontrar caminhos”, lembra Guerino. “Ele fazia reuniões com as diretorias, envolvia o governo do Estado, os sindicatos, era um grande coordenador e se preocupava muito com o agricultor, pois sabia que aconteceria uma grande transformação no Paraná após aquele episódio, como de fato aconteceu”, completa.

Homenagem

O reconhecimento pelo seu trabalho em prol da agricultura paranaense ficou patente em diversas homenagens que recebeu em vida. Uma das últimas foi a Ordem do Pinheiro, entregue pelo governador Beto Richa em 2012, maior honraria concedida pelo governo estadual àqueles que contribuíram e contribuem para o desenvolvimento econômico, social, cultural e científico do Paraná.

Outra homenagem emocionante foi concedida pelo amigo Guerino, de Astorga, quando este era presidente do Núcleo Regional dos Sindicatos Rurais do Norte e Noroeste do Paraná (Nurespar). Ele entregou a Stadler o Título ao Mérito pelos trabalhos prestados em favor da FAEP e dos sindicatos rurais. “O Paraná e o Brasil devem muito a ele”, lembra.

Vida honrada

Depois de deixar a presidência da Federação, Mário Stadler de Souza atuou no ramo da construção civil e posteriormente como voluntário na gestão da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba e na Federação Ecumênica do Paraná, emprestando a estas instituições seu vasto conhecimento e sua capacidade de gestão.

No fatídico dia 03 de janeiro ele teve uma parada cardíaca decorrente de problemas renais que vinha enfrentando. Faleceu na mesma casa onde viveu nos últimos 50 anos, em Curitiba. Deixou três filhos, Mário Romero, Ivan e Danilo, e a filha Maria Christina, além de 10 netos e cinco bisnetos. Seu legado familiar só é comparável à herança que deixou para o Paraná, que hoje tem na produção rural o carro-chefe do seu desenvolvimento, graças à atuação precisa e incansável de homens como Stadler, que marcam seu tempo com a cédula da coragem e da competência. Vai fazer muita falta por aqui.



O advogado da agricultura

Outra ausência que será sentida é a do advogado Djalma Sigwalt, ex-assessor jurídico da FAEP, que por muitos anos atendeu as demandas dos produtores e sindicatos rurais do Estado, encampando e defendendo as causas mais importantes para o desenvolvimento da agricultura paranaense.

Assim como o ex-presidente Mário Stádler, Djalma faleceu no último dia 03 de janeiro, deixando um importante legado, principalmente nas questões trabalhistas – que eram sua especialidade – e na estruturação do sistema sindical. “Nas áreas do direito trabalhista e do direito constitucional ele era uma autoridade. Nas reuniões do conselho jurídico da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) ele se destacava, era muito respeitado por seus pares”, lembra o presidente do Sindicato Rural de Mandaguaçu, Francisco Carlos do Nascimento.

Segundo ele, Djalma foi peça chave para estruturar a contribuição sindical, que antes da Constituição de 1988 era cobrada junto ao ITR e então administrada pelo governo. “Ele atuou diretamente na formatação desse novo modelo, participando de algumas discussões no Ministério do Trabalho”, recorda Nascimento.

Além disso, o advogado ajudou a construir a Emenda Constitucional nº 28 que estabelece um prazo para que o empregado possa ingressar com ação trabalhista após o fim do contrato de trabalho. Djalma orientou deputados e senadores na elaboração do texto, fornecendo o suporte jurídico e seu vasto conhecimento da doutrina.

Memória

Na abertura das assembléias da FAEP foi observado um minuto de silêncio em homenagem a Mário Stadler de Souza, Djalma Sigwalt e as lideranças sindicais (abaixo) que faleceram em 2014.

Nome	Sindicato	Cargo	Data
Alois Opalinski	Lapa	Conselho fiscal	12/01
Ary Schon	Palmital	Vice-presidente e Delegado Representante	17/01
Henrique Peloso Neto	Mandaguari	Suplente de Delegado Representante	26/01
Genesio Bernardelli	Cambará	Suplente de Diretoria	30/03
Rafael Karachenski	Campo Largo	Conselho Fiscal	11/04
Antônio Teodoro de Oliveira	Cândido de Abreu	Suplente de Conselho Fiscal	19/06
Faustino João Pastore	Matelândia	Presidente e Suplente de Delegado Representante	22/07
Ignácio Kmiecik	Campo Largo	Presidente e Suplente de Delegado Representante	14/09

Política

Encontro com a vice-governadora

O presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, o diretor financeiro, João Luiz Rodrigues Biscaia e o assessor da presidência, Antônio Poloni, estiveram em visita à vice-governadora paranaense, Cida Borghetti. O encontro ocorreu no último dia 19, no Palácio Iguazu, num gesto de cortesia, mas também, neste início de governo, para estreitar a interlocução de temas relacionados aos interesses do produtor rural e do agronegócio paranaense. Além da proximidade pelo fato de Ágide e Cida terem domicílio em Maringá, a vice-governadora, antes de ser eleita, mantinha cordiais relações com a diretoria da FAEP.

Cida, em seus pronunciamentos, tem enfatizado que sua atuação como vice-governadora não será decorativa, mas atuará politicamente na solução dos problemas que sejam barreiras ao desenvolvimento do Estado.



Curso gratuito para avicultores

Controle do ambiente em aviários no CTA de Assis Chateaubriand



Os produtores, seus familiares e trabalhadores rurais que trabalham com avicultura podem participar do curso Operação de controladores de ambiência para aviários de frango de corte oferecido pelo SENAR-PR. As aulas acontecem no Centro Tecnológico de Avicultura (CTA) de Assis Chateaubriand (região Oeste). O curso é gratuito, com carga horária de 20 horas (dois dias e meio) e o prazo para as inscrições é de 26 a 30 de janeiro.

Estão disponíveis duas opções de datas: de 09 a 11 de fevereiro (segunda, terça e quarta-feira até o meio dia) e de 11 a 13 de fevereiro (começa quarta-feira às 13h, quinta e sexta-feira). Para cada data estão disponíveis 15 vagas.

O curso vai abordar os conteúdos: Conforto e estresse térmico de frangos de corte; Características das instalações; Temperatura, umidade e velocidade do ar; Ventilação mínima, transição e túnel (pressão negativa); Nebulização e placa evaporativa e Operação dos controladores: Smaai4, AC2000 PRO e Expert LA.

O curso é direcionado exclusivamente a trabalhadores, produtores rurais e seus familiares, portanto é necessário comprovar

o vínculo com a atividade rural apresentando a cópia do último Imposto Territorial Rural (ITR) para o Produtor e a Carteira de Trabalho para o Trabalhador Rural. Outra exigência é ter idade mínima de 18 anos. A hospedagem e alimentação são gratuitos no período do curso.

Os interessados podem fazer sua inscrição nos sindicatos rurais de seu município ou na secretaria do CTA de Assis com os documentos de comprovação de vínculo e o CPF.

Localização estratégica

O Centro Tecnológico da Avicultura (CTA). O CTA tem estrutura de 16m de largura por 65m de comprimento e área construída de 1.210,46m², conta com equipamentos modernos usados na avicultura, para que os participantes possam aprender na prática a operação destas máquinas.

A localização do Centro de Tecnológico de Avicultura é estratégica, uma vez que na região Oeste do Estado existe uma grande concentração de empresas do setor e uma crescente demanda de capacitação de mão de obra.

A avicultura representa 11% do PIB do agronegócio paranaense e é responsável pela geração de 660 mil empregos diretos e indiretos. No plano nacional, o setor representa 1,5% do PIB brasileiro, tendo movimentando R\$ 36 bilhões no ano passado e respondendo por 3,5 milhões de empregos diretos e indiretos.

Serviço:

Dúvidas e outras informações podem ser obtidas com Nayara ou Flaviane e-mail: ctaassis@senarpr.org.br

Telefones: (44) 3528-4213 fax: (44) 3528-5006

Endereço: Av. Sesquicentenário, s/n, Jardim Progresso - Assis Chateaubriand - PR

Um super Dia de Campo

Evento realizado pelo Sindicato Rural de Quedas do Iguaçu com apoio da FAEP chega à sua quarta edição como sucesso regional

Uma tradição que fica melhor a cada ano. Desde 2012 o Sindicato Rural de Quedas do Iguaçu promove, no mês de janeiro, um Dia de Campo especial, com foco nas culturas mais representativas na região, a soja e o milho. Durante este dia, os produtores que participam do evento podem conhecer os últimos lançamentos das empresas de sementes voltadas para as condições de clima, solo e altitude da região.

Realizado no último dia 16 de janeiro, a quarta edição do evento reuniu 360 pessoas, não só de Quedas do Iguaçu, mas de municípios vizinhos, como São Jorge do Oeste, Dois Vizinhos, Três Barras do Paraná, Guaraniaçu, Laranjeiras do Sul e Catanduvas, que levaram mais de 100 produtores ao Dia de Campo. O número de participantes cresce a cada ano, bem como a programação do evento. Nesta edição, além das visitas às barracas das empresas e do

almoço – com direito à música ao-vivo –, foi realizada uma palestra com o consultor da FAEP, Dalton Rasera sobre o associativismo e o papel da federação na defesa dos interesses dos produtores rurais.

A programação começa com a recepção dos participantes, que recebem um chapéu para enfrentar o sol forte de janeiro e são divididos em oito grupos, que se alternarão nas visitas às empresas, de modo a aproveitar melhor o tempo. Pela manhã são visitadas as empresas que apresentavam cultivares de milho e à tarde as empresas de soja. Ao todo participaram do evento 15 empresas de sementes de soja e 12 empresas de sementes de milho.

Para que as empresas possam apresentar seus produtos, o Sindicato Rural de Quedas do Iguaçu realiza o plantio de cada cultivar com bastante antecedência na área onde será realizado o Dia de Campo, para que no momento do evento as plantas já estejam





prontas para serem apresentadas aos visitantes. A soja foi plantada no dia 10 de outubro e o milho no dia 10 de setembro. As empresas não têm acesso ao local onde os cultivares são semeados, para que não haja nenhuma adulteração. Todos os talhões recebem o mesmo tratamento no que se refere à adubação, irrigação e aplicação de outros insumos. “Aqui é a situação real, sem maquiagem, as empresas não sabem onde estão suas parcelas até dois dias antes do evento”, conta o presidente do Sindicato Rural de Quedas do Iguaçu, Osmar Goin.

Informação valiosa

Após a realização do Dia de Campo, o sindicato colhe o milho e a soja de cada empresa e avalia o quanto cada variedade produziu de fato. O resultado é compilado em um relatório que é disponibilizado aos produtores rurais interessados. “Esse relatório já serve como baliza para muita gente. Antes de comprar para o plantio, eles vão atrás do relatório”, aponta Goin.

Participando pela segunda vez do Dia de Campo do sindicato, o produtor Simão Sczcepanhk, de Quedas do Iguaçu, conta que atualmente usa na sua lavoura uma variedade de milho que conheceu no evento do ano anterior. “Tem muita informação, a gente aprende muito, quero continuar participando nos outros anos”, afirma.

Para a estudante de agronomia Kassiane Piacessi, de Cascavel, o evento foi uma oportunidade importante para conhecer as novidades das empresas de sementes. Participando pela primeira vez, ela conta que encontrou o que buscava, que eram opções de cultivares de milho para silagem e destaca a diferença entre este evento e outros do gênero. “Já participei de outros dias de campo, mas aqui é muito melhor, está tudo reunido em um só lugar”, afirma.

Para as empresas, esta também é uma oportunidade rara de apresentar seus produtos a um público selecionado. “Se não fosse assim dificilmente você poderia mostrar seu portfólio de produtos. O evento aproxima bastante o produtor das marcas de sementes”,

avalia o assistente técnico de sementes da empresa Agroceres, Luiz Fernando Cabral.

Sucesso regional

Quem vem de outras cidades também aprova o modelo de Quedas do Iguaçu. Para o presidente do Sindicato Rural de Dois Vizinhos, Darci Smaniotto, a grande vantagem do evento, é que ele é criado para os produtores da região, uma vez que as cultivares apresentadas são adaptadas para as condições de clima, geografia e solo presentes na maioria dos municípios próximos. “Essa é a verdadeira integração. No Show Rural a oferta é de produtos nacionais, enquanto aqui as culturas são voltadas para a região”, observa.

Também o presidente do Sindicato Rural de São Jorge do Oeste, Airton Cucchi, destacou a importância do evento para a região. “Todo ano vem uma turma para participar. Dá pra ver as novas variedades, os lançamentos. O clima daqui é parecido com o nosso, então a semente que dá aqui, dá lá também”, aponta.

Para o futuro, o presidente do Sindicato de Quedas do Iguaçu, Osmar Goin, deixa um desafio para os sindicatos de outras regiões do Estado. “Essas ideias tem que ser aproveitadas, então que eles façam também dias de campo como esse, levando conhecimento aos produtores”, diz. Segundo ele, a motivação para a realização de um evento deste porte é a possibilidade de fornecer aos participantes um retrato real da produção de cada cultivar, sem influência das empresas nesse processo.

Segundo Goin, os frutos do evento já podem ser mensurados no número de novas variedades que passaram a ser plantadas na região. “Antes era praticamente só duas empresas que atuavam. Agora abriu para várias empresas. O produtor pode escolher a semente que ele considera melhor”, aponta.



O presidente do Sindicato Rural de Quedas do Iguaçu, Osmar Goin, com seu neto



A PENA DE MORTE NO BRASIL

O fuzilamento do carioca Marco Archer Cardoso Moreira, 53 anos, no último dia 17, pode ser o mesmo destino do paranaense Rodrigo Muxfeldt Gularte, 41, que também se encontra numa prisão nos confins da Indonésia. Ambos foram condenados por tráfico de cocaína.

Como já ocorreu no passado recente, quando ocorreram crimes hediondos de grande repercussão no país, a pena de morte voltou com grandes abordagens na mídia e nas redes sociais. A história da pena capital no Brasil tem vários registros, mas hoje só ocorreria em caso de guerra, segundo a Constituição.



Na verdade, ela chegou quando Pedro Álvares Cabral virou as costas, pegou suas caravelas e tomou o rumo de Calicute, na Índia. Na época do descobrimento não existiam julgamentos, as execuções eram sumárias. Em 1530, por exemplo, na primeira expedição de ocupação vinda de Portugal, liderada por Martim Afonso de Souza, começaram os assassinatos feitos em nome do Estado. Um dos primeiros ocorreu quando Pero Lopes Souza, irmão de Martim Afonso, estava alojado numa fortaleza em Pernambuco e foi atingido por duas flechas. Ele não se feriu, mas, desconfiado dos franceses que habitavam a região, mandou que todos eles fossem presos e enforcados. A execução coletiva só parou quando dois dos estrangeiros assumiram a culpa.

Em 1549, Salvador foi palco de uma execução radical, ordenada pelo seu governador e fundador, Tomé de Souza. Um índio matou um português e, como punição, foi amarrado à boca de um canhão. Quando o projétil foi disparado, o condenado se despedaçou no ar, na frente de uma plateia composta por colonos e nativos. Em 1551, também em Salvador, mais dois nativos receberam essa punição. Eram velhos índios que morreram no lugar dos sobrinhos, que haviam fugido após ser acusados de devorar quatro comerciantes.

Outro episódio ocorreu com o coronel Fernão Bezerra Barbalho, dono de engenho em Pernambuco, que suspeitou da infidelidade de sua esposa, assassinou-a com as três filhas, na segunda metade do século 17, quando já existiam julgamentos organizados. Condenado, o coronel foi degolado em 1687. Ter o pescoço cortado era o principal método usado para executar nobres e membros da elite. Morrer na forca era algo vergonhoso, destinado à ralé.

Abolida pela Constituição

Até os últimos anos do Império, o júri continuou a condenar pessoas à morte, ainda que, a partir do ano de 1876, o

Em 1549, Salvador foi palco de uma execução radical, ordenada pelo seu governador e fundador, Tomé de Souza. Um índio matou um português e, como punição, foi amarrado à boca de um canhão

imperador Dom Pedro II comutasse todas as sentenças de punição capital, tanto de homens livres como de escravos. Todavia, a prática só foi expressamente abolida para crimes comuns após a Proclamação da República, em 1889.

A Constituição do Estado Novo, outorgada em 1937 por Getúlio Vargas, admitiu a possibilidade de se instituir, por lei, a pena de morte para outros crimes além de militares cometidos em tempos de guerra. O Decreto nº 4.766, de 1 de outubro de 1942, instituiu a pena capital como pena máxima para inúmeros “crimes militares e contra a segurança do Estado”.

O Brasil havia declarado guerra às potências do Eixo (Alemanha, Itália, Japão) na Segunda Guerra Mundial.

Durante o regime militar, a Lei de Segurança Nacional, decretada em 29 de setembro de 1969 (e revogada pela nova Lei de Segurança, de 17 de dezembro de 1978) estabeleceu a pena capital para vários crimes de natureza política, quando deles resultasse morte. Alguns militantes da esquerda armada até foram condenados à morte, mas suas penas foram comutadas pelo Superior Tribunal Militar em prisão perpétua.

A pena de morte foi abolida para todos os crimes não-militares na Constituição de 1988 (artigo 5º, inciso XLVII). O Brasil é o único país de língua portuguesa que prevê a proibição da pena de morte como cláusula pétrea na Constituição.

E historicamente, o Brasil é o segundo país das Américas a abolir a pena de morte como forma de punição para crimes comuns, precedido pela Costa Rica, que aboliu a prática em 1859.

Em “galés perpétuas”

“Já no Império, além da documentação estar mais completa, havia os jornais dando as notícias de execuções, uma fonte imprescindível”, diz o historiador João Luiz Ribeiro, especialista no assunto. Segundo ele, entre 1833 e 1876, só em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, ao menos 230 pessoas receberam a pena de morte – há dúvida sobre outras 180 que podem ter sido mortas da mesma forma. Nessas três províncias, 643 condenados à morte viram sua pena se transformar em prisão perpétua – a partir de 1876, isso se tornaria regra. As penas de morte no Império costumavam ser transformadas em “galés perpétuas” (trabalhos forçados até a morte).

A partir do século 17, consolidou-se a escravidão de africanos, trazidos ao Brasil para cuidar de engenhos e de toda sorte de trabalhos braçais. Apesar de viver humilhados, durante boa parte do período colonial os escravos dificilmente eram condenados e executados. Isso porque muitos morriam no tronco, sob o jugo de seus proprietários. “Era no próprio engenho, longe dos olhos do Estado, que eles eram mortos, e ficava tudo por isso mesmo”, diz o historiador Ilmar Rohloff de Mattos, diretor do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Tiradentes e Calabar

O mais famoso entre todos os condenados à morte no Brasil é Joaquim José da Silva Xavier, que entrou para a história e para a lista de feriados como Tiradentes. Único dos líderes da Inconfidência Mineira a ir para a forca, o alferes foi morto e esquartejado no dia 21 de abril de 1792. Durante a colônia, muitos rebeldes acabaram assim. O primeiro caso famoso foi o de Domingos Fernandes Calabar, mulato que lutou ao lado dos holandeses que invadiram Pernambuco e foi enforcado como traidor em 1635.



AAJ é a ponte entre os jovens e o mercado

O Programa formou 284 turmas em 2014, entre elas as de unidades da Usina S. Terezinha



Formatura do AAJ da unidade da Usina Santa Terezinha em Tapejara

Aproximar o jovem da oportunidade profissional e criar condições para o desenvolvimento da economia rural através da formação de mão de obra adequada. Este é o objetivo do programa Aprendizagem de Adolescentes e Jovens (AAJ), que em 2014 formou 284 jovens divididos em 19 turmas em diversas regiões do Estado. Cada formatura representa a ponte construída pelo programa entre empresas e jovens que iniciam sua carreira profissional.

Para responder ao avanço da mecanização nas lavouras de cana-de-açúcar, desde 2010 o AAJ foi instituído junto às usinas do Grupo Santa Terezinha, para fomentar a formação de mão de obra qualificada para operar o maquinário. Na unidade de Tapejara, na região Noroeste do Estado, foi encerrada no último dia 19 de dezembro mais uma turma do programa. A alegria dos alunos durante a formatura reflete as perspectivas de trabalho que se abrem daqui em diante. Segundo o responsável pelo setor de treinamentos da usina, Laércio de Oliveira Silva, em média, de cada 30 alunos, apenas dois acabam não sendo efetivados pela empresa. “Todos que têm bom desempenho no programa e são aprovados acabam efetivados”, diz.

Nesta turma realizada em 2014, com 30 integrantes, apenas uma pessoa desistiu no meio do caminho.

Outra nova turma já iniciou as atividades na usina no último dia 12 de janeiro de 2015. Cada nova turma divide seu tempo entre aulas do núcleo básico, com 260 horas, do núcleo específico prático, com 220 horas, ambas realizadas em sala de aula, e outras 480 horas de prática profissional na oficina da usina, onde os integrantes podem aprender na prática os conteúdos vistos nas aulas teóricas. “Eles fazem o serviço básico, colocam a mão na massa”, diz Silva.

Ao todo o AAJ (Aprendizagem de Adolescentes e Jovens) tem 960 horas divididas ao longo de 12 meses. Muitos dos participantes vêm do programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) elaborado pelo SENAR-PR para proporcionar aos jovens do meio rural conhecimento e qualificação profissional. Mas este não é um pré-requisito para participar do AAJ.

De acordo com Silva, o programa ajuda a preencher uma lacuna de mão de obra que dificilmente seria suprida de outra forma. “O mercado de trabalho hoje está muito complicado, sem o Programa

de Aprendizagem, ia ser difícil arranjar gente para trabalhar”, avalia. Segundo ele, o programa pode ser comparado ao alicerce na construção de uma casa. “Você tem que começar pela base, que é o curso. Aí, quando o aluno vai trabalhar na usina, ele já conhece as medidas, tem a noção real do trabalho, está bem preparado”, afirma.

Essa realidade é a mesma encontrada em outras unidades do Grupo Santa Terezinha. Em Iguatemi, foram formados 19 aprendizes em 2014. Na unidade de Paracity foram 21, em Rondon, 28; em Terra Rica, nove; Cidade Gaúcha, 24; Ivaté, 18, e na usina em São Tomé, outros 24 jovens concluíram com sucesso o AAJ.



Formatura do AAJ da unidade da Usina Santa Terezinha em Cidade Gaúcha



Formatura do AAJ da unidade da Usina Santa Terezinha em Iguatemi



Formatura do AAJ da unidade da Usina Santa Terezinha em Ivaté



Formatura do AAJ da unidade da Usina Santa Terezinha em Paracity



Formatura do AAJ da unidade da Usina Santa Terezinha em Terra Rica



Formatura do AAJ da unidade da Usina Santa Terezinha em São Tomé



Formatura do AAJ da unidade da Usina Santa Terezinha em Rondon

A tecnologia a serviço da produtividade

Sindicatos e SENAR-PR organizaram 180 caravanas de produtores ao Show Rural



O Sistema FAEP tem a expectativa de receber a visita de mais de oito mil produtores rurais no seu estande, na 27ª edição do Show Rural Coopavel 2015. O evento acontece 02 a 06 de fevereiro, em Cascavel – PR e tem entrada gratuita. Até o momento já foram confirmadas 8 mil pessoas e 180 caravanas de todas as regiões do Estado, que são organizadas pelos sindicatos rurais.

No no passado, 8.050 produtores rurais e seus familiares mobilizados pelos sindicatos e SISTEMA/SENAR-PR visitaram o estande, que funciona como um ponto de referência onde os visitantes podem descansar, buscar informações gerais sobre o show rural e sobre as ações do Sistema FAEP/SENAR. O estande também é um ponto de encontro dos participantes das caravanas com disponibilidade de água, café e internet, sob ar condicionado.

Boa informação

“A feira é uma vitrine tecnológica que facilita o acesso dos produtores rurais a equipamentos e técnicas que o auxiliam a produzir mais e melhor, mesmo com as mudanças climáticas. O Sistema FAEP patrocina a ida de agricultores para que eles tenham acesso a uma das principais ferramentas de produção - a informação”, comenta o presidente do Sistema, Ágide Meneguette.

Os produtores rurais que passarem pelo estande do Sistema FAEP também receberão um kit com: camiseta; boné; mapa personalizado do evento; material institucional da FAEP e dos cursos do SENAR-PR; um lápis semente e o Boletim Informativo.

Desde 1988

O Show Rural é evento anual, que acontece em uma área de 72 hectares especialmente planejada voltada para a difusão de tecnologias que visam o aumento de produtividade de pequenas, médias e grandes propriedades rurais. A feira começou como um dia de campo em 1988 e abre o calendário anual de feiras agrícolas, como um dos maiores eventos do Brasil.

DURANTE A FEIRA O PRODUTOR PODERÁ OBTER INFORMAÇÕES SOBRE OS TEMAS:

Administração Rural / Agricultura / Avicultura e Suinocultura / Educação Rural / Hortifrutigranjeiros
Integração Lavoura e Pecuária / Máquinas e Equipamentos / Meio Ambiente / Ovinocultura
Pecuária de Leite e de Corte / Pequenas Propriedades / Pequenos Animais / Piscicultura.

Carne bovina e suas generalidades

O médico-veterinário Clóvis Antonio Bassani, mestre em Sanidade pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) e professor do curso de Medicina-Veterinária da Faculdade Integrado de Campo Mourão, lançou no final do ano passado o livro “Carne bovina e suas generalidades”. O lançamento ocorreu em Curitiba durante um almoço promovido pelo Sindicato dos Médicos-Veterinários no Estado do Paraná (Sindivet-PR).

Com 269 páginas, a obra é resultado do trabalho de Clóvis como docente: “Ao longo desses 13 anos trabalhando como professor fui selecionando material na cadeia produtiva da carne bovina. O livro é um be-a-bá da atividade, envolve desde os tipos de cortes às características de preparo, além de dicas sobre o churrasco perfeito, por exemplo”, explica o médico-veterinário. A obra custa R\$ 50,00 e pode ser adquirida pelo e-mail clovisbassani@yahoo.com.br, pelo telefone (44)3016-4906 ou diretamente na sede do Sindivet-PR.



Leitor em Foco



Istelamares Machado Trento, de Marechal Cândido Rondon (PR) fotografou a fome do filhote recém saído dos cueiros, digo, do ovo



Jonathan Murilo Santos, de Centenário do Sul (PR) flagrou o carinho do jovem casal de papagaios



O trio de corujas foi capturada na foto de Antonio Luiz Bortholazzi no seu sítio Santo Antonio, em Sertãoópolis (PR)



A bonitona aí no meio da plantação de soja é a pastora-alemã Laika, fotografada pelo Márcio Eidi Wagatsuma, em Guaíra (PR)

Ministro Aroldo Cedraz assume TCU



Desde dezembro o ministro Aroldo Cedraz ocupa a presidência do Tribunal de Contas da União (TCU). Ele tomou posse no dia 10 e substituiu o ministro Augusto Nardes, que ocupava o cargo desde 2013. O baiano Cedraz é doutor em medicina-veterinária, professor universitário, foi deputado federal entre 1991 e 2007, com significativas iniciativas na área de interesse da agropecuária. Também presidiu a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara.

O ministro lembrou a seriedade e o comprometimento do TCU para o resgate da confiança da sociedade e do mercado no país. Segundo ele, o TCU continuará fazendo julgamentos técnicos com objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento da Administração Pública. “Nosso papel vai além da defesa do erário. Somos indutores do desenvolvimento econômico e garantidores dos direitos fundamentais”, observou. Citando o ex-ministro da Fazenda, Delfim Neto, Aroldo Cedraz disse que o problema do Brasil não é a falta de recursos, mas sim a gestão. “É necessário aperfeiçoar as gestões em todos os níveis de poder”.

O ministro disse ainda que, não basta os agentes públicos serem honestos, mas também precisam ser eficientes e capazes de dar à sociedade a prestação de uma administração eficiente. “Em

2015, no início de um novo mandato executivo e nova Legislatura, é com esse espírito exigente que o conjunto do povo brasileiro estará avaliando e julgando o Estado. Tenho certeza de que, mais do que nunca, os poderes saberão ler o que vai no espírito do povo”, disse.

Ele destacou ainda que a legitimidade e “autoridade” do TCU depende da capacidade do tribunal de dar “tratamento técnico” aos processos e procedimentos de investigação, sem jamais servir a “interesses” ou se tornar “instrumento da luta política”.

Vários episódios referentes às denúncias de corrupção na Petrobras apontadas na Operação Lava Jato, estão sob análise do TCU.

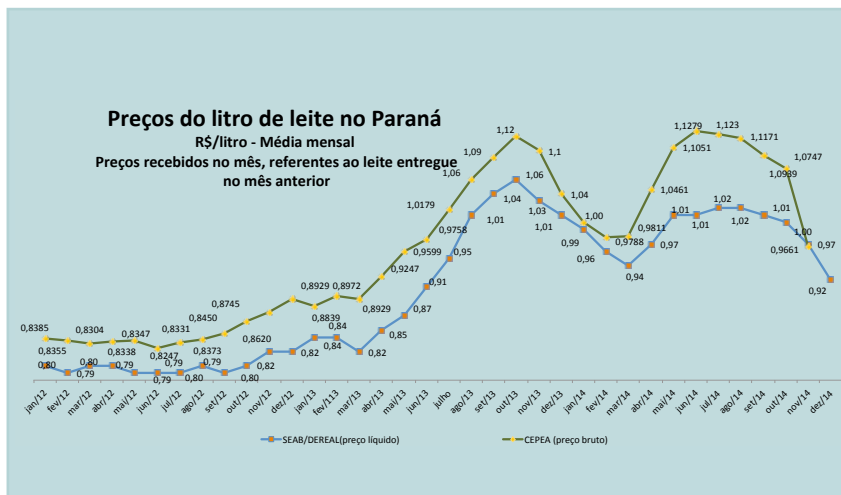
Pela regra informal que rege as eleições no tribunal, é eleito presidente o ministro mais antigo que ainda não tenha exercido a função, caso de Cedraz. O mandato é pelo período de um ano, mas cada ministro pode ocupar a presidência por dois anos seguidos – o que normalmente acontece. Portanto, Cedraz deve ficar no cargo até o final de 2016.

A solenidade contou com a presença da presidente Dilma Rousseff e dos presidentes do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), e do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

CONSELHO PARITÁRIO PRODUTORES/INDÚSTRIAS DE LEITE DO ESTADO DO PARANÁ – CONSELEITE-PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 01/2015

A diretoria do Conseleite-Paraná reunida no dia 20 de janeiro de 2015 na sede FAEP na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em dezembro de 2014 e a projeção dos valores de referência para o mês de janeiro de 2015, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes.



VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA - PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - DEZEMBRO/2014

Matéria Prima	Valor projetado em dezembro/2014	Valor Final dezembro/2014	Diferença (final-projetado)
Leite CONSELEITE IN62**	0,770	0,7625	-0,0145

VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA - PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE* - DEZEMBRO/2014 E PROJETADOS PARA JANEIRO/2015

Matéria Prima - Valores finais	Valor final dezembro/2014	Valor projetado janeiro/2015	Diferença (projetado-final)
Leite CONSELEITE IN62**	0,7625	0,7509	-0,0116

Observações: Os valores de referência indicados nesta resolução correspondem a matéria-prima leite denominada “Leite CONSELEITE IN62”, que se refere ao leite analisado que contém 3% de gordura, 2,9% de proteína, 600 mil células somáticas /ml e 600 mil ufc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de janeiro de 2015 é de R\$ 1,6574/litro.

Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite-Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: www.sistemafaep.org.br/conseleite

Curitiba, 20 de janeiro de 2015

RONEI VOLPI Presidente

WILSON THIESEN Vice - Presidente

E os recursos para o seguro rural?

FAEP solicita a ministros e Susep liberação de R\$ 300 milhões

No último dia 15 de janeiro, o presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), Ágide Meneguette, encaminhou ofício aos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Fazenda; Desenvolvimento Agrário; Planejamento, Orçamento e Gestão; e para a Superintendência de Seguros Privados (Susep), solicitando a garantia do pagamento aos produtores da subvenção do seguro rural de 2014 no valor de R\$ 300 milhões. No documento, Ágide faz um relato dos problemas (que se repetem anualmente) com o seguro rural.

Em 19 de maio de 2014, no lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2014/15, a presidente Dilma Rousseff prometeu R\$ 700 milhões para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), que custeia parte do seguro rural contratado por milhares de produtores do país, embora estivesse previsto na Lei Orçamentária de 2014 apenas R\$ 400 milhões.

Após muita cobrança das entidades representativas dos produtores, a presidência da República enviou ao Congresso Nacional, em 13/10/2014, um projeto de suplementação orçamentária, PLN 32/2014, prevendo o aporte dos R\$ 300 milhões que faltavam.

A liberação de crédito rural para a safra 2014/15 começou ainda no primeiro semestre do ano passado e os produtores rurais e as seguradoras firmaram contratos de seguro agrícola prevendo que o governo federal concederia subvenção econômica para pagar parte do prêmio até o final de dezembro, conforme fizera em anos anteriores. O PLN 32/2014 foi aprovado pelo Congresso Nacional em 17/12, mas foi sancionado e publicado somente em 31/12/2014 no Diário Oficial da União com a Lei 13.077.

Considerando os atrasos recorrentes em anos anteriores, o (Mapa) estava preparado para fazer o empenho do valor da subvenção das apólices já contratadas para a safra 2014/2015, mas o Ministério do Planejamento não editou portaria ainda em 2014 concedendo o respectivo limite orçamentário para o Mapa.

Diante disso, a lei não teve eficácia e milhares de produtores rurais estão sem a subvenção prometida no Plano Agrícola e Pecuário. As apólices estabelecem que se o governo não pagar a subvenção, caberá ao produtor pagar a parte do governo às seguradoras.



60 mil operações

Ao todo são mais de 60 mil operações de seguro rural nessa situação envolvendo lavouras de soja, milho, maçã, uva e outras atividades. Como a Lei nº 10.823 de subvenção ao seguro rural estabelece que “as obrigações assumidas pela União em decorrência da subvenção econômica [...] serão integralmente liquidadas no exercício financeiro de contratação do seguro rural”, não se pode utilizar recursos do Orçamento de 2015 para subvencionar apólices contratadas em 2014.

Para resolver o problema seria necessário que a Superintendência de Seguros Privados (Susep), autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, se dispusesse a emitir autorização especial para que as seguradoras cancelassem as apólices anteriores e emitam novas apólices com data de 2015.

Também será necessária a mesma autorização pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural, composto pelos

Ministérios da Agricultura, da Fazenda, do Desenvolvimento Agrário, do Planejamento e Susep.

Porém, nesta semana a Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg) informou ter recebido sinalização do Mapa de que não estaria disposto a utilizar-se do Orçamento 2015 para atender despesas de 2014, a menos que haja correspondente suplementação orçamentária.

Diante disso, o presidente da FAEP solicitou a intervenção dos ministros e da Susep para uma solução no âmbito do governo federal, que garanta o pagamento da subvenção de 2014 de R\$ 300 milhões aos produtores rurais, com as seguintes medidas:

- 1) Autorização da Susep e do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural para que as companhias seguradoras cancelem as apólices de 2014 e emitam novas apólices em 2015.
- 2) Liberação de crédito suplementar ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no montante de R\$ 300 milhões com o objetivo de pagar as subvenções do seguro rural.

Informe

FUNDEPEC-PR

SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO 31/12/2014

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSÉ SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS /BANCÁRIAS	
	1-13	14						
Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-		138.681,09	**542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44		26.146.995,51		2.341.952,64	-	32.786.381,21
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80		2.741.819,08		181.518,99	-	15.094.225,91
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48		2.686.578,28		-	-	6.511.112,91
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78		109.153,82		-	-	186.476,60
Setor Ovinos e Caprinos	123,76			10.796,03		-	-	16.634,64
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50		135.793,16		-	-	219.801,07
Pgto. Indenização Sacrifício Animais *	-	-		-		*141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-		-		-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	*141.031,00	-		-	-	141.031,00
TOTAL	20.744.182,00	4.624.105,00	141.031,00	31.969.816,98	**542.225,27	2.664.502,63	77.567,43	54.737.064,92
SALDO LÍQUIDO TOTAL								54.737.064,91

NOTAS EXPLICATIVAS

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio: 1º - 14/12/2000 >> R\$ 500.000,00 | 2º - 23/07/2001 >> R\$ 2.000.000,00 | 3º - 04/09/2001 >> R\$ 380.000,00 | 4º - 28/12/2001 >> R\$ 2.120.000,00 | 5º - 21/05/2002 >> R\$ 710.000,00 | 6º - 26/07/2002 >> R\$ 2.000.000,00 | 7º - 16/12/2002 >> R\$ 2.167.000,00 | 8º - 30/12/2002 >> R\$ 204.000,00 | 9º - 08/08/2003 >> R\$ 600.000,00 | 10º - 08/01/2004 >> R\$ 400.000,00 | 11º - 30/12/2004 >> R\$ 1.300.000,00 | 12º - 01/12/2005 >> R\$ 1.600.000,00 | 13º - 17/12/2012 >> R\$ 6.763.182,00 | 14º - 06/08/2013 >> R\$ 4.624.105,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (*)

3) Setor de Bovídeos ()**

a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repassé mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = R\$542.225,27

b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovídeos = R\$ 542.225,27

4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da subconta do Setor de Bovídeos e creditado para subconta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO-CRC/PR-045388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

IVAIPORÃ



De Olho

Durante os meses de setembro, outubro e novembro do ano passado, um grupo de 25 produtores rurais e suas famílias participaram do curso Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris – De Olho na Qualidade Rural. O curso foi oferecido pelo Sindicato Rural de Ivaiporã em parceria com a Emater. A instrutora foi Joseane Luzia Granemann.

CIANORTE



Piscicultura

Nos dias 18 e 19 de novembro de 2014 o Sindicato Rural de Cianorte realizou o curso de Trabalhador na Piscicultura – sistema de cultivo. Janete Maria de Oliveira Armstrong foi a instrutora que conduziu o evento para 15 produtores e trabalhadores rurais. A parte teórica foi realizada na sede do sindicato e a parte prática na propriedade do aluno Mauricio Teodoro de Souza.

NÚCLEO CAMPOS GERAIS



Reunião

O Núcleo Sindical Rural dos Campos Gerais é a união de 16 sindicatos dos que visam melhorias para o setor agropecuário entre outras questões ligas ao setor. No dia 06 de agosto de 2014 esse núcleo realizou mais uma reunião na sede do Sindicato Rural de Castro. Participou o diretor-secretário da FAEP Livaldo Gemin, representando o Sistema FAEP/SENAR– PR.

GUARAPUAVA



Feira

Representantes do Sindicato Rural de Guarapuava e da regional do SENAR em Guarapuava participaram no dia 13 de novembro de 2014 da Feira da Agroindústria Familiar Paraná Centro. O evento foi uma realização da Prefeitura e do Sebrae. A feira tem por objetivo promover, divulgar e comercializar produtos elaborados por produtores rurais de Guarapuava e dos municípios vizinhos.

OURIZONA



JAA

No dia 19 de novembro de 2014 aconteceu a cerimônia de encerramento da turma de 16 alunos do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) no município de Ourizona na Casa da Cultura. A instrutora foi Simoni Alexandre. Estiverem presentes na cerimônia: familiares, o vice-prefeito Osmar Volpato, vereadores, o presidente do Sindicato Rural de Astorga e vice-presidente da FAEP, Guerino Guandalini, o presidente do Sindicato Rural de Mandaguaçu e vice-presidente da FAEP, Francisco Carlos do Nascimento, representando a Secretaria de Assistência Social, Solange Simões Maggi/Terezinha Barbosa Maciel e o diretor do Colégio Estadual Profº Benoil F. M. Boska Sérgio Luiz Dias Neves.

RIBEIRÃO DO PINHAL



De Olho/ Mulher Atual

O Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal ofereceu a 22 produtores rurais o curso Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris - de olho na qualidade - ordem mantida. As aulas aconteceram no período de 27 de outubro a 01 de novembro de 2014 com a instrutora Raquel Nader Resende Fraiz. E no período de 15 de setembro a 24 de novembro para 19 produtoras rurais, com a instrutora Adriane Castanho de Lima Pereira o curso de Gestão de Pessoas - Mulher Atual.

NOVA PRATA DO IGUAÇU



JAA/Mecanização

A turma do 3º ano de Ensino Médio com Qualificação em Agricultura da Casa Familiar Rural, concluiu em dezembro de 2014, o curso Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA) – Mecanização Agrícola. O instrutor foi Edson Zucchi.

TIBAGI



Ovinos

O Sindicato Rural de Tibagi realizou o curso de Trabalhador na Ovinocultura Manejo de Ovinos de Corte nos dias 13 e 14 de novembro de 2014. A turma de 11 produtores e trabalhadores rurais teve como instrutora Jaciane Cristina Beal Klank.

ARAUCÁRIA



Panificação

O Sindicato Rural de Araucária realizou o curso de Produção Artesanal de Alimentos - panificação, na Colônia Cristina, na Sociedade São Casemiro. As aulas aconteceram nos dias 20 e 21 de outubro de 2014, com a participação de 13 produtoras rurais com a instrutora Dioneia Paraná.

CAMPINA DA LAGOA



Plantas medicinais

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa realizou o curso Trabalhador no Cultivo de Plantas Medicinais - plantas medicinais, aromáticas e condimentares nos dias 29 a 31 de outubro de 2014. Participaram 15 produtoras rurais com a instrutora Tatiane Zeniqueli Martins. O presidente do sindicato Orlando Alexandre Vieira participou do encerramento.

MARINGÁ



Mulheres Rurais

Em 05 de novembro de 2014 aconteceu o VI Encontro das Mulheres Rurais, que reuniu produtoras de Maringá, Itambé, Paçandu e Floresta. O encontro realizado no Clube Hípico de Maringá, dá prosseguimento ao ciclo de encontros promovidos pela Comissão de Mulheres do sindicato. No ano passado foram três encontros em: Floresta, Doutor Camargo e Paçandu. Participaram do evento mais de 200 mulheres que ouviram a palestrante Nair Onofre, com o tema: Mobilização da Potencialidade Humana.

SERTANÓPOLIS



Inclusão digital

O Sindicato Rural de Sertanópolis ofereceu o curso Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris – inclusão digital básico. As aulas aconteceram nos dias 14 e 15 de outubro de 2014 com o instrutor Cóvis Michelin Biasuz para 14 participantes.

MARIALVA



JAA

O Sindicato Rural de Marialva em parceria com o Colégio Estadual Romário Martins, do Distrito Aquidaban organizou mais uma turma do Programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA). O instrutor do grupo foi Antônio Carlos Marques e as aulas aconteceram de 05 de agosto a 03 de dezembro de 2014.

JAGUARIAÍVA



Morango/ inclusão digital

O Sindicato Rural de Jaguariáiva em parceria com a Igreja Adventista realizou no Projeto Vida, uma casa de recuperação de dependentes químicos vários cursos de capacitação para os internos. Foram realizados quatro cursos: Trabalhador na Administração de Empresas Agrossilvipastoris - Inclusão Digital - básico, Trabalhador na Fruticultura básico – morangueiro e Trabalhador na Olericultura Básica Plasticultura e Olericultura. O instrutor do grupo de 15 internos foi Luiz Sergio Krespi.

PALOTINA



Tratorista/Mopp

O Sindicato Rural de Palotina, em parceria com a Equagril Equipamentos Agrícolas Ltda, realizou nos dias 03 e 04 de novembro de 2014, na sede da empresa o curso de Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas – Básico. O instrutor do grupo de 11 participantes foi Osmar Alves. E nos dias 13 e 14 de novembro de 2014 o sindicato realizou curso Condutores de Veículos - DETRAN - atualização - movimentação e operação de produtos perigosos – MOPP. Participaram 16 trabalhadores com o instrutor Aparecido Vieira.

NOVA LONDRINA



Pá carregadora

O Sindicato Rural de Nova Londrina em parceria com a Cerâmica Santa Luzia, promoveu o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Carregadoras - pá carregadora (carregadora sobre rodas). As aulas aconteceram de 03 a 07 de novembro de 2014 com o instrutor Marcos Antonio Rezende.

Uma simples foto



Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.



Viajando nela

O nome da maionese foi dado na ocasião de sua criação, em 1756, pelo inventor do molho, o chefe de cozinha do Duque de Richelieu. Era uma homenagem à vitória do duque francês sobre os ingleses na batalha do Porto de Mahon, de onde se originou “mahonnaise”.

Cretinas

1 - Durante o exame geral o médico pergunta para o caipira:

— Você sabe qual o seu tipo sanguíneo?

O caipira responde meio hesitante:

— Oia dotô, eu acho que é do tipo vermeio!

2 - O “jovem” já aos 34 anos diz para seus pais:

— Papai, mamãe, a partir de hoje resolvi morar sozinho.

O que vocês acham disso?

— Puxa! Achamos ótimo querido.

— Ótimo! Suas malas já estão lá fora!

3 - Um baiano deitado na rede pergunta pro amigo:

— Meu rei... tem aí remédio pra picada de cobra?

— Tem não. Por quê? Você foi picado?

— Não, mas tem uma cobra vindo na minha direção!

A maior ponte

Com mais de 42,5 quilômetros de comprimento, a ponte unindo as cidades de Qingdao e Huangdao, na China, levou 4 anos para ser construída, custou mais de R\$ 14 bilhões e usou a força de trabalho de 10 mil operários. É a maior ponte de mundo, mas encurta em apenas 30 quilômetros a distância entre as duas cidades e reduz o tempo do trajeto em 20 minutos.



Pipocas e piruás

O grão de milho-pipoca (*Zea mays everta*) estoura porque contém mais água (entre 12 e 16%) e tem casca mais resistente do que o milho comum. Quando a semente é exposta ao calor, a água encapsulada vira vapor, que se expande. A pressão é tanta que a casca se rompe. No primeiro contato com o ar, o amido (gelatinoso no interior do grão) solidifica-se e vira a espuma branca que comemos. Caso haja irregularidades na casca, como furos ou rachaduras, o vapor de água escapa e a casca não explode, formando o piruá (milho que não estourou).



Pode crer que...

- Quando você estiver com apenas uma mão livre para abrir a porta, a chave estará no bolso oposto.
- Quando tuas mãos estiverem sujas de graxa, vai começar a te coçar no mínimo o nariz.
- Os problemas não se criam, nem se resolvem, só se transformam.

Made in Brazil

Quem disse que o Brasil não tem vulcão? A região amazônica abriga o vulcão mais antigo já descoberto, com cerca de 1,89 bilhão de anos. Ele é parte de uma província de rochas vulcânicas chamada de Uatumã, que se espalhava sobre Amazonas, Mato Grosso, Pará, Roraima e até Venezuela e Suriname. A altura original do vulcão, próximo ao Rio Tapajós, pode ter chegado a 400 metros.



“Cabra da peste”

A origem dessa expressão é nordestina onde também se usava a palavra “peste” para nomear doenças graves. Assim, o “cabra da peste” seria o sertanejo que sobreviveu superando todos os sofrimentos, ou a valentia do nordestino, que apanhava sem reclamar. “Depois de açoitada com a peia (chicote), a vítima era obrigada a beijar o açoite na mão do seu algoz”, contam historiadores.



A Vida é simples

Sherlock Holmes e Dr. Watson vão acampar...

Montam a barraca e, depois de uma boa refeição e uma garrafa de vinho, Deitam-se para dormir.

Algumas horas depois, Holmes acorda e cutuca seu fiel amigo:

- Meu caro Watson, olhe para cima e diga-me o que vê.

Watson responde:

- Vejo milhares e milhares de estrelas.

Holmes então pergunta:

- E o que isso significa?

Watson pondera por um minuto, depois enumera:

1) Astronomicamente, significa que há milhares e milhares de galáxias e, Potencialmente, bilhões de planetas;

2) Astrologicamente, observo que Saturno está em Leão e teremos um dia de Sorte;

3) Temporalmente, deduzo que são aproximadamente 3h15. Pela altura em que se encontra a Estrela Polar;

4) Teologicamente, posso ver que Deus é todo poderoso e somos pequenos e insignificantes;

5) Meteorologicamente, suspeito que teremos um lindo dia amanhã. Correto?

Holmes fica um minuto em silêncio, então responde:

- Watson, seu imbecil! Significa apenas que alguém roubou nossa barraca!!!

“ A VIDA É SIMPLES, NÓS E QUE TEMOS A MANIA DE COMPLICAR...”

MAIS POR FAVOR, POR FAVOR!

Um cartaz colado em frente ao balcão de uma loja no Rio de Janeiro chamou a atenção da diretora da Sucursal do jornal “Folha de São Paulo, Paula Cesarino Costa, às vésperas do Natal passado. Nele estava escrito: “Se pedir por favor, ganha desconto”.

Paula então escreveu na edição do dia 25/12 uma crônica na “Folha” abordando a triste constatação de que nós, gradualmente, estamos perdendo o bom hábito de pedir por favor. Os balconistas da loja do Rio revelaram que pouca gente pedia por favor.

A expressão surgiu como forma de atenuar ordens, realizar desejos, evitar confrontos ou disfarçar a prepotência, tem equivalentes em quase todas as línguas. “Please”, em inglês; “s’il vous plaît” em

francês; “per favore” em italiano, ou em espanhol cuja expressão é igual à do nosso português.

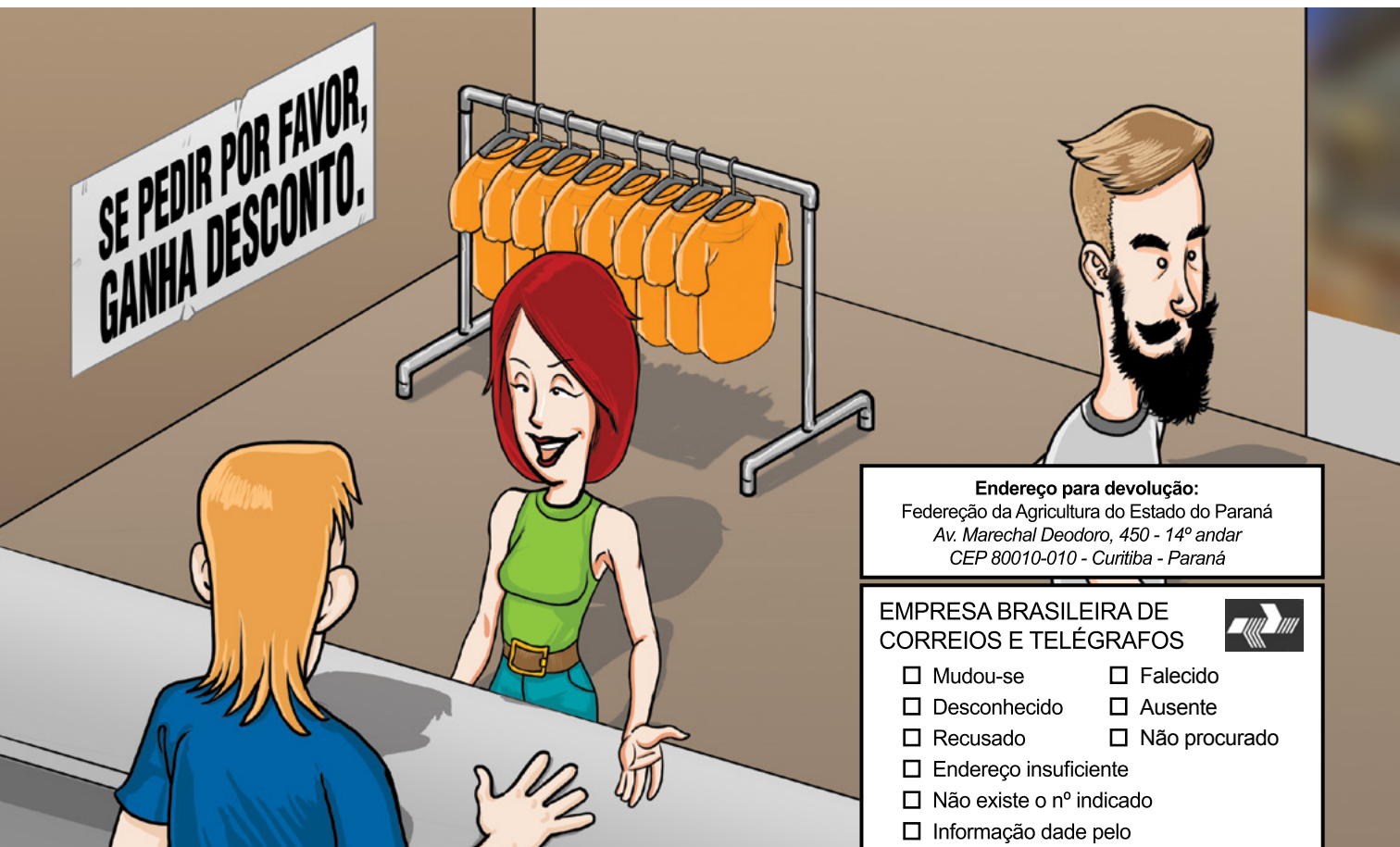
Do jeito que o barco do por favor está navegando ele pode virar um finado (finado?) como o “por obséquio”, uma expressão morta.

Na sua crônica, a jornalista lembra que, “sinal de tempos”, o “bom dia” no elevador ou ao frentista do posto de gasolina, por exemplo, surpreendem o interlocutor ao ser usado. O por favor é mais que mesura. É gesto de boa educação, de gentileza, e não custa nada.

São pequenos detalhes que suavizam o cotidiano de um mundo cada dia mais apressado e estressado.

A parcimônia, o esquecimento do por favor significa que estamos nos tornando homens e mulheres mal-educados, brutos e pouco afeitos a laços comunitários?, pergunta ela na crônica. E responde. Não necessariamente. Mas indica que a forma de se comunicar está em transformação. O tempo muda a língua. Algumas palavras desaparecem, e outras surgem. Mas o por favor permanece.

Numa época em que os olhos estão voltados para smartphones, ipads, tablets, notebooks e quetais virtuais, também podem acomodar pequenas gentilezas, abrindo caminho para que sejamos pessoas mais afáveis. Faz bem a quem diz e a quem recebe. Ainda é tempo de por favor. “Mais por favor, por favor”, escreveu a jornalista.



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- Mudou-se
- Falecido
- Desconhecido
- Ausente
- Recusado
- Não procurado
- Endereço insuficiente
- Não existe o nº indicado
- Informação dada pelo porteiro ou síndico

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

SISTEMA FAEP



A versão digital deste informativo está disponível no site:

sistemafaep.org.br